

ATA N.º 21/2014



-----Ata da reunião extraordinária realizada aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze. ----------Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e catorze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso e o António José Ascenção Fraga.----------O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela não estava presente por se encontrar de férias, falta que foi considerada justificada. ----------Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----------De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015: Aprovação e decisão de envio para a Assembleia Municipal. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015: Aprovação e decisão de envio para a Assembleia Municipal. -----------Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2015, nos termos do previsto no nº 1, do artigo 45°, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.----------O Senhor Presidente começou por referir que esta reunião acontecia, tendo em conta que a nova lei impõe que a Câmara Municipal aprove a apresentação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, até 31 de outubro à Assembleia Municipal.-----Prosseguiu dizendo que, no seu entendimento, o facto do Órgão Executivo apresentar o documento neste prazo, acontece porque deve haver um período de aprovação na especialidade. -----Continuou dizendo que o documento, que vai ser hoje remetido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, poderá assimilar propostas concretas no mês de novembro, tanto do Órgão Executivo, como do Órgão Deliberativo. Fica-se com um prazo de trinta dias, para se receberem contributos e intervenções que possam melhorar o documento que é apresentado. A Câmara Municipal irá transmitir ao Senhor Presidente da Assembleia que poderá dirigir o documento aos Senhores Deputados Municipais a fim de que possam apresentar propostas que serão analisadas pela Câmara e verificada a sua capacidade de interiorização, desde que a génese do documento não seja substancialmente descaracterizado. Isto, porque disse há dados



provisórios quanto a transferências do Estado que dependem do orçamento de Estado ainda em discussão e temos ainda quase dois meses de maturação possível de ideias e possíveis novos inputs Quanto à assinatura do quadro europeu 2020. -----Prosseguiu dizendo que é um plano e orçamento, e como tal documentos de previsão e antevisão daquilo que serão as execuções das receitas e das despesas com dados prédefinidos.-----Continuou dizendo que ainda não está aprovada, apesar de anunciada a regulamentação do programa comunitário 2020 que, de acordo com as expectativas, já estaria em vigor no final do ano de 2014 ou no início do ano de 2015. A realidade é que existem atrasos a que as autarquias e as Comunidades Intermunicipais são alheias. A Câmara está a fazer um plano com as verbas e as circunstâncias referidas, com o Orçamento de Estado em discussão e na pendência de reprogramações do QREN que a Câmara pretende durante o ano de 2015. Consideram-se nos documentos as transferências do Estado provisoriamente anunciadas e as receitas designadamente do IMI que mantemos com menor índice que a lei permite, e a devolução dos 5% do IRS. Os montantes apresentados são realistas em função dos dados disponíveis, sujeitos a alteração em revisão, se fôr caso disso. Parece-lhe que o Plano de Atividades é equilibrado entre o desejável e o possível e com forte componente social designadamente na compensação com os custos de águas, resíduos e saneamento. Neste particular, a compensação social com água e saneamento, a Câmara suportará, substituindo-se aos munícipes cerca de quatrocentos, a quatrocentos e cinquenta mil euros. Este facto, caso não haja resultados negociais, tarifários positivos, determinará a revisão do regulamento de apoio social, que permita à Câmara substituir-se aos consumidores pagando o deficit tarifário.-----Continuou dizendo que o montante global orçamentado ronda os sete milhões de euros, sendo que o montante de quatro milhões cento e oitenta e nove mil euros será para despesas correntes. As despesas de capital serão no valor de dois milhões setecentos e trinta e um mil euros consequindo através da redução das despesas correntes que se preveem abaixo dos 85%, sendo que os excedentes se destinam maioritariamente à continuação de obras em curso. Relativamente às despesas correntes foram mantidos os valores relativamente às grandes rúbricas, designadamente pessoal, eletricidade pública, saneamento, água, resíduos e apoios socioculturais. --------- O Senhor Vice-Presidente referiu que, em relação ao orçamento do ano passado, a Câmara tem um orçamento muito parecido em termos de volume financeiro. Ainda assim, há uma diminuição de cerca de 1,5%. As receitas correntes aumentam 19%, muito em consequência do saldo que vai transitar no final deste ano, cuja execução vai ser mais baixa do



que aquilo que seria previsível porque ainda se têm reprogramações quer da Fábrica do Rio, quer do Ninho de Empresas, que ainda não estão aprovadas e que são valores muito significativos. As receitas de capital baixam 44,48%, porque a única coisa que se pode meter, são as reprogramações. Abriu agora uma candidatura para a modernização administrativa mas, naturalmente, as candidaturas só serão aprovadas já em 2015, caso venham a sê-lo. A despesa corrente tem uma diminuição de 5,50% em relação ao ano passado e as despesas de capital aumentam na mesma proporção. É de notar que 21% das transferências das receitas de capital, no montante de um milhão quatrocentos e sessenta mil euros é transferido da despesa corrente. para a despesa de capital. ------De seguida, solicitou que fosse efectuada uma correcção no penúltimo parágrafo, na página dois, em relação à despesa, onde se lê "3/4 dos municípios", deve ler-se "4/5 dos municípios". -----Prosseguiu dizendo que as grandes despesas referem-se às despesas com pessoal, que ocupam 31% do orçamento, os juros da dívida de médio e longo prazo 3%. O conjunto de despesas que têm a ver com as despesas sociais, representam 16%. A Câmara estima e prevê que a despesa de água e saneamento possa ser diminuída significativamente em 2015. Foi efetuada uma projeção cautelosa, com base no ano de 2014, mas existem espectativas muito fortes de ver estes valores diminuídos. Água, saneamento e eletricidade representam 29% da despesa. O somatório das despesas referenciadas, incluindo ainda combustíveis e resíduos, atinge os 87% da despesa corrente. O resto das despesas são para pequenas intervenções de menor escala. A receita corrente é de 82%, a receita de capital é de 18%, enquanto a despesa corrente tem 61% e a despesa de capital (apesar da receita ser de 18%) é de 39%.---------- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho referiu que não partilha da mesma opinião do Senhor Presidente em relação à legislação que rege a apresentação do Orçamento e Plano de Actividades e a sua remessa à Assembleia Municipal. O que hoje está agendado é a aprovação e decisão de envio do documento à Assembleia Municipal. Não há nenhuma proposta de discussão na especialidade para depois, na generalidade, se poder alterar, ou não. Se haverá, ou não, um período para depois a Assembleia apresentar propostas, não decorre da lei. ------Continuou dizendo que lhe parece que, se o legislador quis aproximar a discussão do orçamento municipal, da discussão do orçamento de Estado, em sede da Assembleia da República, entregando à Assembleia Municipal os mesmos poderes de discussão e elaboração de propostas, não decorre da lei e também não está previsto para a presente reunião, através do respetivo agendamento. Por conseguinte, não irá apresentar propostas para este documento

cuja intenção é de aprovação e decisão de envio para a Assembleia Municipal. ------



Prosseguiu dizendo que o documento é apresentado de acordo com aquilo que é um conhecimento prévio de toda a situação da Câmara porque esteve, num passado recente, na gestão da mesma. Sabe quais são as receitas, agravadas um pouco nalgumas áreas ou até beneficiadas noutras, como por exemplo a receita que advém das participações do Estado: este orçamento tem mais cento e cinquenta e sete mil euros do que teve o do ano passado, pelo menos das transferências do Estado. O orçamento é um documento previsional que está sempre na intenção dos autarcas cumprir. Já lá vai o tempo em que havia a possibilidade de uma forma, às vezes, altruísta e outras menos, empolar as receitas e despesas para conseguir fazer mais e melhor em cada um dos concelhos. Pensa que, quando se empolava um orçamento em termos de receita, não era para poder dar à população a ideia de que se iria fazer mais e melhor no sentido da promoção política, era porque, quando se perspectivava uma receita maior, era na convicção de que, se houvesse afinco, seria possível ir buscar mais, para apresentar mais à população. Hoje, por mau uso dessa possibilidade por parte de alguns autarcas, já não existe. Hoje trabalham-se com valores absolutos e todos sabem como é a lei e quais são os valores com que a Câmara Municipal, neste momento, se confronta. -----Prosseguiu dizendo que, relativamente às contas que estão a ser apresentadas, tem duas dúvidas: como é que aparece uma receita de participações comunitárias em projectos cofinanciados no valor de novecentos e dezassete mil euros. O Senhor Vice-Presidente já foi dizendo que há reprogramações que são de um valor acentuado, desconhece se são reprogramações de projetos que estão em curso ou se, de facto, se conta com algum financiamento que se espera, quando ainda não há um plano de execução do que são os fundos comunitários por parte da Comunidade Intermunicipal. -----Continuou referindo que o Senhor Presidente transmitiu que o Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal já está discutido e aprovado, todavia, não o conhece, pelo menos, apresentado na Câmara como fazendo parte integrante desta Comunidade. Conhece um plano que foi apresentado em Coimbra e que foi liminarmente chumbado. Desconhece se foi apresentado outro.-----Prosseguiu solicitando, como não há ainda a definição concreta do que vão ser os projetos apresentados e que vão ser financiados, que explicassem de onde provem o valor de novecentos e dezassete mil euros. Por outro lado, acha estranho que naquilo que são os valores orçamentados, não apareçam os três milhões de euros cujo empréstimo já está autorizado pela Assembleia Municipal (com a qual não concorda mas respeita as decisões das maiorias) mas, uma vez que está autorizada a contratualização e que já foi feito concurso para os processos de empréstimo estarem consolidados, porque é que ainda não aparece o valor no orçamento. -----



Continuou dizendo que não tem nada a apresentar no que diz respeito aos valores orçamentados e à forma como eles estão distribuídos pelos diversos sectores, com as necessidades próprias da Câmara Municipal de Manteigas, no pagamento dos vencimentos, no suprimento das suas despesas correntes. No entanto, tem dúvidas no que diz respeito ao cumprimento deste Plano de Atividades. Todos têm bem presente que o Plano de Atividades para 2014, não teve o voto contra dos Vereadores da oposição. Deu-se o benefício da dúvida e declarou-se que era o plano de atividades do atual Executivo, sujeito aos valores que a Câmara pode orçamentar e, perante a conta de gerência far-se-á uma avaliação e verificar-se-á o que se conseguiu cumprir. Curiosamente, ainda não chegou o momento dessa discussão e já se está a debater outro Plano de Atividades e outro Orçamento. Não há grandes alterações propostas para o Plano de 2015 e a discussão que acontecerá oportunamente, levará à conclusão se o documento aprovado para 2014 com a abstenção dos Vereadores da oposição, foi benéfico para o Concelho e se as verbas consumidas, o serão efetivamente para aquilo que o atual Executivo

Prosseguiu dizendo que coloca algumas reticências relativamente a este Plano de Atividades e Orçamento, porque para o anterior Executivo, o desenvolvimento do Concelho tinha dois vetores essenciais: a promoção e valorização do território e depois a criação de postos de trabalho com a evolução da riqueza do Concelho. Para isso, estavam estabelecidas áreas de desenvolvimento que o atual Executivo também abarcou. A Câmara não se pode distanciar do potencial turístico do concelho, das artes e ofícios tradicionais, do saber fazer da população e, através da Sotave ou doutros equipamentos, deve tentar fixar empresas, para que o saber fazer local faça crescer postos de trabalho e gere riqueza no Concelho. Destes dois vetores essenciais para o desenvolvimento do concelho, do seu ponto de vista, houve um falhanço que pode, porventura, dever-se a um primeiro ano de um mandato de quatro anos. Contudo, há um falhanço acentuado no que diz respeito à valorização e promoção do território. No seu entendimento conseguiu-se, de uma forma mínima, com a visita do Senhor Presidente da República, quando lhe apresentaram projetos que valorizaram o território nestes últimos anos, mostrando que há valores novos no Concelho. Valorizou-se o património mas, depois, há que o promover também. A promoção não foi tão bem conseguida, como foi demonstrada a valorização do património do concelho dos últimos anos. ------

Continuou dizendo que, também, houve a tentativa de promover o concelho através das atividades do open de parapente mas, parece-lhe que foi muito mal conseguida. O Concelho promoveu o parapente através de uma entidade que, nem sequer sendo pública ou equiparada, é uma entidade privada, sediada em Lisboa, que menos conhece o território do que uma



associação que aqui está sediada e que todos os dias o promove. Fê-lo, do seu ponto de vista, de uma forma negativa, não se atingindo os objetivos em termos de participantes, nem em termos de notoriedade e o parapente é hoje, claramente, um valor aproveitado por outros concelhos em redor, estando Manteigas a perder terreno neste campo. Consta, por contactos de alquém ligado à associação que desenvolve essa modalidade no Concelho, que irão deixar o mesmo, ou pelo menos, da forma como as coisas estão, não lhes interessa estar cá, ficando o parapente em "queda livre" em benefício de outros. -----Prosseguiu dizendo que a Câmara tentou, também, a promoção turística do Concelho através do Festival Transfronteirico "Com Sentidos" que, do seu ponto de vista, não foi conseguido. Foi de uma "pobreza franciscana". Desconhece o que falhou, não sabe se foi pelo próprio projeto em si, se foi a ligação entre Portugal Espanha, se foi a atividade da Associação de Municípios da Cova da Beira, se foi má receção dos produtores e de quem foi contactado para ali estar presente. Aconteceram, inclusivamente, episódios que marcaram negativamente, do seu ponto de vista, esta atividade que se poderiam ter evitado: foi perguntado a duas pessoas do Concelho, por um amigo dele, que tencionava assistir à abertura do certame e a primeira disse que desconhecia qualquer tipo e atividade e a segunda até lhe disse "não insista comigo, eu é que sou de cá e eu sei o que se passa aqui. Aqui não há festival nenhum". Portanto, demonstra claramente que foi uma ação mal consequida, não só a nível do conhecimento dos conterrâneos, mas também a nível de promoção do território porque, o que passou para o exterior não foi grande coisa mas, também, ao nível da participação de quem ali poderia ter estado, operadores económicos, e público em geral, não se conseguiu. Alguma coisa correu mal, poderia ter corrido melhor. ------Continuou dizendo que, quando se fala na criação de riqueza, é também no sentido de elevar a condição social de Manteigas, o seu patamar económico em termos familiares e individual de cada um dos seus cidadãos e, perante isto, existem também equipamentos de renome que nos façam sentir em pé de igualdade com outros concelhos vizinhos: não falte a Manteigas aquilo que são os bens essenciais. E, tem-se assistido, nestes últimos meses, a um declínio nessa área. Desconhece como está a evolução da situação do Externato, se se mantém a funcionar, ou não. Se encerrar, será mais uma machadada fortíssima na economia do Concelho. ------Prosseguiu dizendo que a Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas (EPHM), que tinha previsões de constituição de uma nova turma de três alunos, se as informações não lhe falham, mesmo assim, não é o que se pode esperar para o Concelho. -----Continuou dizendo que também se consta que o infantário "Favo e Mel", ou encerrou, ou irá encerrar dentro de poucos dias. Portanto, há um conjunto de situações que o levam a pensar que o Concelho está mais pobre e, não tem a ver com as contas que se fazem através do



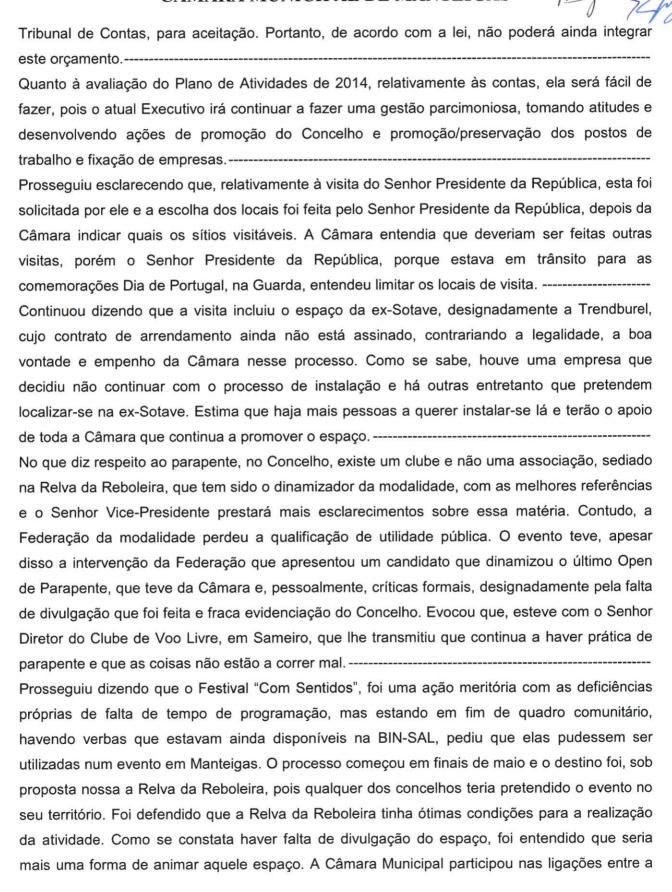
orçamento que se propõe como documento previsional, para a gestão de um ano económico. Tem a ver com os resultados práticos que o orçamento pode ter. Poderá afirmar-se que existem questões que não têm a ver com a Câmara, pois são questões paralelas, que têm a ver com entidades privadas e não com o poder autárquico. Contudo, quando há dificuldades no Concelho, a Câmara não se pode ficar pelas cartas de confronto ao Governo ou Secretarias de Estado. É preciso desenvolver esforços para que não se perca a economia e o bem estar procurar soluções e, a Câmara existe também para as procurar e não, somente, para gerir o pessoal e as receitas, Também deve gerir fora do Município, por forma a tentar evitar cataclismos que o abanem fortemente em termos económicos, mesmo que não tenha a ver com a Câmara Municipal. Portanto, é todo um conjunto de resultados que espera ver melhor alcançados no próximo ano, através do plano de atividades e orçamento de 2015, do que estão a ser conseguidos através do de 2014, uma vez que o plano de 2015 é uma continuidade do de 2014. Deseia que o de 2015 tenha mais sucesso, que consiga melhores resultados do que está a conseguir o atual. Se for preciso, até arrepiar caminhos nalgumas áreas, como por exemplo na ocupação da Sotave. Já foi discutido em reunião de Câmara e seria previsível e muito vantajoso para o Concelho, se hoje houvesse mais empresas lá sediadas. Poderão dizer-lhe que estará mais alguma empresa, ou outra, já sediada na Sotave e, inclusivamente, por meios próprios a reparar telhados. Não perguntará ao Senhor Presidente se tem, ou não tem, contrato assinado. Se por ventura, uma empresa que funciona na serra e que vai ter a sua sede em Manteigas, se se fixar na Sotave e criar postos de trabalho, terá o apoio dele.-----Prosseguiu dizendo que, também na Sotave, seria expectável que o processo estivesse mais avançado e que gerasse criação de riqueza, que o Ninho de Empresas tivesse já outra dinâmica, que não fossem só workshops (que também são importantes) e os debates que ali se realizam mas, que não sejam só para as empresas que realizam esse tipo de eventos irem buscar dinheiro para a sua própria autossustentabilidade. O ideal é que tenha vantagens benéficas, com repercussão no Concelho e que haja um impulso na economia, porque é isso que se pretende e a que ele aspira. Também seria bom que estivessem lá sediadas empresas jovens. O Senhor Presidente poderá dizer que é fruto da conjuntura, que não é só em Manteigas. O País também está igual e espera que venham dias melhores. O Senhor Primeiro Ministro refere que já se está a começar a notar um retrocesso na crise que assola o País mas, a Manteigas, ainda não Finalizou formulando votos de que o Plano de Atividades para 2015 tenha sucesso, que consiga dos valores que tem orçamentados, tirar o máximo proveito para bem do Concelho. Far-se-á

uma análise depois. Também, na Sotave, seria expetável que o processo estivesse mais



avançado. Por conseguinte, abstem-se de votar dando o benefício da dúvida ao atual Executivo
em exercício, tal como o deu em 2014
O Senhor Vereador António Fraga, referiu que no seu entender, ficou praticamente tudo
dito e alertou para uma gralha na página 12: onde se lê "apesar não haver" deve ler-se "apesar
de não haver"
Prosseguiu dizendo que não entende a divisão da Cultura em duas partes no Plano
Continuou referindo que as dúvidas do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho também o
assistem. Concorda com o Senhor Presidente, quando refere que a coesão territorial está muito
longe de ser uma realidade e, sendo um exemplo disso a E.N. 338, que continua a considerar de
vital importância para o Concelho de Manteigas e, o termo "coesão territorial" é muito pomposo
mas na prática, poucas consequências tem
Prosseguiu dizendo que não existem grandes divergências quanto ao Plano. Poderá havê-las no
modo de atuação, na maneira de realizar, na maneira de conseguir, mas essa apreciação terá o
momento próprio, na avaliação da conta de gerência. O Plano é da maioria do atual Executivo e
vai contar com a sua abstenção, no sentido de dar o benefício da dúvida e, espera ter outro tipo
de discurso quando for a hora de apreciar a conta de gerência
Continuou dizendo que Manteigas, para ser uma small smart city, como consta no Plano, entre
outras coisas (está a formular uma crítica construtiva), terá de ter muito menos ervas nas ruas do
centro da Vila e ruas com menos lixo. Em termos turísticos, poderão avocar-se muitos títulos,
muitas coisas bonitas mas só isso, pode não ser atrativo
Prosseguiu dizendo que este Executivo está com alguma sorte, apesar de não dar para grandes
empreendimentos porque tem, pelo menos, mais 4,31% de receita
O Senhor Presidente referiu que ainda será provável que o Governo retire receita à
Câmara Municipal para o Fundo de Apoio Municipal
De seguida, esclarecendo sobre a questão do Externato, referiu que após três ou quatro
intervenções junto do Senhor Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, obteve a
primeira resposta que foi recebida na ante véspera à presente reunião, a dizer que não tinham
recebido o primeiro mail. A Dra. Carla Carvalho, trabalhadora do Gabinete de Apoio ao
Executivo, informou que o mail tinha sido visualizado em tempo útil, porque estava dado como
lido. De seguida, solicitou que fosse disponibilizada a resposta aos Senhores Vereadores
No que diz respeito ao empréstimo, dentro da informação que dispõe e como consta da lei, o
valor só pode constituir parte integrante do orçamento, desde que ele já esteja devidamente
assegurado, aprovado e assinado pelas entidades. A Câmara, agora, tem de o enviar para o







Associação de Municípios da Cova da Beira e os empresários, o que não foi fácil relativamente à sua participação em tão curto espaço de tempo. Era objetivo uma promoção internacional. Se correu menos bem, foi porque as condições climatéricas não ajudaram e também lhe quer parecer há que revitalizar e divulgar mais o espaço, pois já lá aconteceram outros eventos que tiveram pouca adesão. A divulgação possível foi feita e os resultados não sendo ótimos, foram promocionais.-----No que diz respeito ao Externato, é uma empresa que certamente tem uma administração responsável. Pela Câmara foram feitos três apelos ao Senhor Secretário de Estado. Do primeiro apelo, foi respondido que não o tinham recebido o que contraditamos. O segundo e no terceiro, salientou-se a grande preocupação da Câmara, não só com o Externato e o contrato de associação, mas com as famílias, os alunos e o Concelho de Manteigas. Está em crer que o problema é muito grave e que o Ministério tem de encontrar solução para esta questão. O que acontecerá com o Externato, é uma grande preocupação.-----Relativamente à Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, é o mesmo problema, mas com outra dimensão: é uma escola profissional, com alta qualificação ao longo de todos os anos, sem qualquer interrupção de bons resultados, só que deixa de haver alunos interessados porque os ensinos oficiais estão a criar alternativas às escolas profissionais embora, sem condições adequadas. A Câmara tem aconselhado que haja um alargamento de oferta formativa, designadamente o termalismo e que se ministrem outros cursos, tal como outras entidades ministram, designadamente através do POPH. -----No que diz respeito ao infantário Favo de Mel, nada sabe exceto que o número de crianças que o frequentam está a diminuir e, existe um acordo com uma IPSS para o seu funcionamento todavia, desconhece-se se se irá manter em atividade. Na sua opinião, que já transmitiu às pessoas interessadas, nomeadamente ao Senhor Diretor do Centro Regional de Segurança Social e à AFACIDASE, é que é um local ótimo, para em conjunto com outras IPSS, poderem desenvolver um novo espaço de apoio. As dificuldades de fixação e atratibilidade é comum a 2/3 do território português, são territórios de baixa densidade. É mais uma prova que a coesão territorial não existe.-----Prosseguiu dizendo que a Câmara tem estabelecido contactos junto do Instituo Politécnico da Guarda e da Universidade da Beira Interior para atrair jovens licenciados para o Ninho de Empresas, que também deve ser equacionado como uma oportunidade para os jovens licenciados do Concelho, apoiados, ou não pela Câmara Municipal. ------No que diz respeito à Vila e Manteigas ser uma small smart city, cumpre um desiderato ao nível do novo quadro comunitário 2020, onde se prioriza a inovação e aproveitamento de recursos e, é



indispensável que a Câmara caminhe nesse sentido. Irá propor uma formulação em sede própria, do Plano de Acão da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a integração deste desiderato.----------O Senhor Vice-Presidente referiu que em relação à promoção do território, a Câmara verificou que, tanto o Posto de Turismo, como o Parque Natural da Serra da Estrela, em quatro anos tiveram uma diminuição significativa de visitantes. Já abordou esta questão e, verifica-se que não é só directamente por causa da promoção do território mas, também, há-de ser por causa do IVA, das portagens e porque as pessoas já têm acesso a outro tipo de informação. A Câmara está intensamente preocupada com os indicadores e foi nessa linha que contratou uma empresa para fazer workshops e conduzir a Câmara a uma fórmula, que lhe permita reposicionar-se em termos estratégicos e de diferenciação em relação à região e até ao País. ----Prosseguiu dizendo que em relação ao parapente, desde o princípio, existem questões que a Câmara não sabe resolver e uma delas é haver uma empresa que consegue introduzir no programa da Federação, uma competição internacional, já depois do Clube de Voo ter programado duas acções nacionais de vinte ou trinta pessoas para 2014. O Clube de Voo Livre não foi capaz de incluir no calendário da Federação, uma prova internacional e, uns meses mais tarde, vem a Federação dizer à Câmara que tinha uma prova internacional de uma empresa, que nem seguer é federada. Portanto, há inépcia do Clube de Voo Livre junto da Federação e, se ele fosse presidente do Clube de Voo Livre, imediatamente iria ter com o presidente da Federação, como associado, para que lhe prestasse contas de uma indelicadeza desta natureza: não deram ao Clube de Voo Livre a hipótese de agendar uma competição internacional e depois, entregaram esse agendamento a uma empresa ------. Continuou dizendo que as competições nacionais têm um interesse muito reduzido, porque Portugal não tem mais de cento e vinte federados. Portanto, ou Manteigas tem competições internacionais, ou o parapente tem um interesse reduzido. Portanto, a Câmara impôs à empresa que só haveria competição, com a participação do Clube de Voo Livre. Eles andaram dois meses a negociar e, a dez dias do acontecimento, romperam as negociações, tendo-se desentendido por valores miseráveis, não tendo a Câmara culpa disso. No seu entendimento, o Clube de Voo Livre quis, de alguma forma, que a prova não tivesse a eficácia e o alcance que deveria ter, e que teria com a colaboração do Clube de Voo Livre. Não tem notícias da saída do Clube de Voo Livre, só sabe que organizou uma prova em que, lamentavelmente, nem sequer fez referência a Manteigas, nem à Câmara Municipal, em desrespeito do protocolo que celebrou com a Câmara

Municipal e, tem notícias de que o actual presidente da direcção vai sair no final do ano e que a



equipa irá ser renovada, pelo que está esperançado que o Clube de Voo Livre mude para				
melhor				
Prosseguiu dizendo que relativamente à receita, já colaborou na elaboração de muitos				
orçamentos e sabe que muitos orçamentos eram empolados na receita e que havia Câmaras				
onde havia concretizações de 20% ou 30%. Manteigas, nunca chegou a esses patamares tão				
baixos. A partir do momento em que a lei obriga as câmaras a ter uma execução de 85% da				
receita, não se pode inventar receita. A Câmara Municipal de Manteigas terá mais receita do que				
a que está mencionada no orçamento, provavelmente, mas ainda não se pode inscrever, porque				
ainda não se tem a certeza de que irá receber. Com o volume desta receita, interroga-se onde é				
que a Câmara irá investir?				
Continuou dizendo que, em relação à receita dos fundos comunitários, existe a reprogramação				
financeira da Fábrica do Rio no valor de quatrocentos e setenta mil euros, o Ninho de Empresas				
com duzentos e cinquenta mil euros, o que soma setecentos e vinte mil euros. No Plano há uma				
estimativa no valor de novecentos mil euros e há candidaturas em curso cujo reembolso				
previsivelmente, só ocorrerá em 2015, que perfazem o valor orçamentado				
O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho referiu que, no seu entendimento, no que diz				
respeito ao parapente, a Câmara deveria ter liderado o processo no sentido de resolver o conflito				
que emergiu entre o Clube Voo Livre e a Federação Portuguesa de Voo Livre				
O Senhor Vice Presidente informou que esteve presente na reunião com as duas				
entidades				
Analisada a proposta e sujeita a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com				
a abstenção dos Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e António José				
Ascenção Fraga, submeter as Opções do Plano, a proposta de Orçamento acompanhada do				
Mapa de Pessoal (nos termos do nº 3, do artº 28º e nº 4, do artigo 29º, da Lei nº 35/2014, de 20				
de junho), para o ano de 2015, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea				
c), do ponto 1, do artigo 33°, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro				
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos				
Finanças Municipais				
Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo				
em dinheiro no montante de oitocentos e sessenta mil e vinte nove euros e oitenta e cinco				
cêntimos (€ 860.029,85)				
E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e quinze minutos, foi pelo				
Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se				
lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores				



CAMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS			
presentes e por mim	0- /	Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho	
Chefe da Divisão de A	Administração Geral, que	a redigi	
	Jun	will have	
	Anat	Triget	

